

ECONOMIA

INFRA-ESTRUTURA

Aneel confirma a vitória do consórcio Energia Sustentável do Brasil na disputa pela construção da usina hidrelétrica em Rondônia

Sai vencedor de Jirau

LUÍS OSVALDO GROSSMANN

DA EQUIPE DO CORREIO

Encerrada a etapa administrativa da briga pela usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, o governo voltou a defender que a disputa não chegue aos tribunais. O objetivo é evitar o atraso no início das obras e, em consequência, no fornecimento dos 2 mil MW médios de energia prometidos para meados de 2012. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) confirmou a vitória do grupo Energia Sustentável do Brasil, depois de rejeitar um recurso da concorrente, Jirau Energia.

“Não haverá atrasos nas obras por conta dessa disputa, que terá de ser encerrada. Não posso admitir que o interesse nacional seja ferido por causa da briga entre duas empresas. Acredito que elas chegarão a um bom termo”, afirmou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, revelando que tem conversado com os dois grupos na tentativa de mediar o conflito.

A briga se concentra na papelada necessária para a homologação do leilão realizado em 19 de maio. O ponto principal, porém, está na proposta vencedora do grupo que reúne a multinacional Suez, a Camargo Corrêa e duas das quatro subsidiárias da Eletrobrás, Chesf e Eletrosul. Para oferecer a energia por um preço menor — R\$ 71,40 — o consórcio se baseou num projeto que desloca em 9km a construção da barragem.

José Varella/CB/D.A Press - 8/7/08



MINISTRO EDISON LOBÃO TENTA ACABAR COM BRIGA ENTRE CONCORRENTES

Mudanças

Vencedor do primeiro leilão, quando arrematou a outra usina do Rio Madeira, Santo Antônio, o grupo liderado pela construtora Odebrecht e por Furnas, outra subsidiária de Eletrobrás, reclama da mudança. O problema é que essa modificação só existirá oficialmente a partir de amanhã, quando a Suez entrega à Aneel e ao Ibama o projeto com as alterações. Não havendo mais como recorrer à própria Aneel, sobram ameaças de que o tema será discutido no Judiciário.

A Aneel, porém, não vê problemas na construção da barragem em outro ponto do rio. “A licitação não é feita com um projeto final, mas com um estudo de viabilidade. E o governo não está contratando a obra, mas a concessão da venda de energia associada ao uso do bem público

(a água do rio)”, afirmou Kelman.

A mudança na obra foi a aposta do grupo da Suez/Camargo Corrêa para vencer o leilão — o novo projeto reduz em R\$ 1 bilhão o custo estimado inicialmente em R\$ 9 bilhões, essencialmente por exigir apenas uma fração da escavação prevista no desenho original. Mas um atraso também assusta porque o retorno do investimento leva em conta a antecipação da venda de energia para 2012.

“Precisamos começar a obra até setembro e nossa preocupação é o outro grupo levar a questão à Justiça”, diz o presidente do consórcio, Victor Paranhos. E como nessa briga vale tudo, ameaçou: “Se houver uma judicialização, não vamos, no futuro, fazer mais contratos com a Odebrecht, no Brasil e no mundo”.

Licença para Angra

O Ministério do Meio Ambiente anunciou que o Ibama vai liberar hoje a licença prévia para a construção da usina nuclear de Angra 3. É o primeiro passo para que as obras efetivamente tenham início em setembro, como quer o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Esse ponto, no entanto, também estaria garantido. A licença de instalação, necessária para iniciar a obra, foi prometida para 31 de agosto.

Ao anunciar a licença prévia, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc — ambientalista historicamente contrário à energia nuclear — disse que ela traz “exigências brutais”, como uma solução definitiva para o lixo atômico, o monitoramento independente dos níveis de radiação, o saneamento das cidades de Angra dos Reis e Paraty e a adoção do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Apesar da menção a uma solução “definitiva”, a área de energia entende que a solução é a mesma de Angra 1 e 2: o armazenamento. (LOG)